

Deficiência Visual: informações importantes para o atendimento de estudantes com esse perfil

A deficiência é definida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU como um impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2006).

A deficiência visual pode ser considerada como cegueira, alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos Abrangente; e como baixa visão, sensibilidade à luz e alterações de campo visual como dificuldades para definir um padrão de tamanho de fonte para leitura, prejuízo na percepção de cores e contrastes, cálculo da distância com pessoas e objetos, dependendo do grau e intensidade.

A deficiência visual pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em casos específicos, pode estar associada à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências.

Em qualquer caso de deficiência visual, recomenda-se uma avaliação funcional da visão, que deverá especificar precisamente a acuidade visual, o campo visual e o uso eficiente do potencial da visão.

Observadas essas características e com base no diagnóstico clínico multidisciplinar, alguns procedimentos são fundamentais para o direcionamento das atividades didático-pedagógicas junto a esse estudante no Ensino Superior:

1. Comunicação com família/escola anterior

Realizar uma reunião com a família e profissionais de educação e de áreas intersetoriais para compreender o histórico do estudante, avanços e perdas em termos de aprendizagem na sua escolarização, conhecer se existe uso de algum medicamento, terapia ou demais procedimentos que podem auxiliar no seu desenvolvimento na universidade. Esta é uma etapa FUNDAMENTAL para o início do processo de inclusão do estudante.

No caso da deficiência visual, esta etapa também permitirá compreender se, no histórico do estudante, houve o desenvolvimento da mobilidade e o conhecimento de linhas específicas de comunicação como Braille, Sorobã, Softwares leitores de tela e sintetizadores de voz, entre outros. O conhecimento de tais aspectos certamente trarão apoio significativo à proposição das atividades didático-pedagógicas para o estudante.

2. Conscientização dos colegas de sala

Perguntar ao estudante se ele gostaria de realizar uma explicação breve aos demais estudantes sobre as suas principais características, ou pedir permissão ao mesmo para que sejam explicitadas ao grupo suas características, especialmente relacionadas com o uso de recursos específicos de comunicação para que ele possa compreender o movimento que ocorre na sala de aula e as coisas que são escritas no quadro ou demonstradas para todos. Como se trata de uma deficiência sensorial, a ausência da visão pode causar problemas como: - o professor fala “vejam o exemplo na lousa”, - um grupo de estudantes passa uma animação do youtube que não tem falas e explica “vejam na animação”, causando um desconforto ao indivíduo, uma vez que o mesmo não pode ver.

Para isso, deve-se propor logo no início, o uso da audiodescrição, ou seja, a descrição das situações vivenciadas: “conforme o que está exemplificado na lousa, a educação pode transformar (...)”.

Tomar cuidado nessa conscientização para que não seja dado um superprotecionismo ao estudante.

3. Procedimentos didático-pedagógicos

Os procedimentos didático-pedagógicos serão melhor direcionados para o estudante com deficiência visual ou baixa visão, quando utilizados recursos de apoio ópticos e não ópticos, magnificadores de tela, leitores de tela e sintetizadores de voz, material impresso em Braille e relevo e outros materiais adaptados, dependendo da área de formação.

Os recursos ou auxílios ópticos são lentes de uso especial ou dispositivo formado por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder, com o objetivo de magnificar a imagem da retina. Esses recursos são utilizados mediante prescrição e orientação oftalmológica.

Os recursos não ópticos podem ser comercializados ou produzidos pelo próprio professor: tipos ampliados: ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros; acetato amarelo: diminui a incidência de claridade sobre papel comum; carteira adaptada, com a mesa inclinada para melhor apreensão visual, no caso de pessoa com baixa visão; acessórios como lápis 4B ou 6B, canetas de ponta porosa, suporte para livros, cadernos com pautas pretas espaçadas, tiposcópios (guia de leitura), gravadores de voz; uso de chapéus e bonés que podem ajudar a diminuir o reflexo da luz em sala de aula ou em ambientes externos.

Os magnificadores de tela, leitores de tela e sintetizadores de voz são recursos de Tecnologia Assistiva, que permitem a leitura e produção de textos na tela do computador. Recomenda-se acesso ao NVDA, que faz leitura de PDF e outros recursos importantes para acessibilidade no Ensino Superior. Porém, se o estudante tiver acesso ao Jaws ou outro recurso mais ou menos sofisticado, como o Dos Vox, permitir

que utilize o que já se sente a vontade. Para acesso ao NDVA: <http://www.acessibilidadelegal.com/33-nvda.php>

Outro aspecto importante é buscar organizar o espaço físico, evitar carteiras e outros móveis espalhados ou mudanças significativas no espaço sem avisar ao estudante, bem como buscar um lugar para o estudante a uma distância de aproximadamente um metro do quadro negro na parte central da sala. Além disso, deve-se observar constantemente a qualidade e nitidez do material utilizado pelo estudante e, se o mesmo utilizar escrita Braille, providenciar material adequado para o seu acesso. A Fundação Dorina Nowill e o Instituto Benjamin Constant produzem materiais de diversas áreas do conhecimento para a leitura em Braille. O professor pode consultá-los sobre a disponibilidade de texto na sua área, para doação. Acesso: <https://www.fundacaodorina.org.br/> e <http://www.ibc.gov.br/>

Um outro projeto interessante é o Livro Acessível, que propõe leituras em formato para acesso fácil pelos leitores de tela e sintetizadores de voz. Acesso: <http://portal.mec.gov.br/todas-as-noticias/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17435-projeto-livro-acessivel-novo>

Caso sejam usados materiais com estudantes que possuem baixa visão, privilegiar a impressão de letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo, observando o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas.

Sempre que possível, ao distribuir material impresso, utilizar papel fosco e no caso de mapas e figuras, usar recursos táteis e de relevo.

E sempre procurar explicar, com palavras, as tarefas a serem realizadas, por meio da audiodescrição.

4. Avaliação da Aprendizagem

Considerando as informações presentes nos procedimentos didático-pedagógicos, a recomendação é que a avaliação da aprendizagem privilegie sempre o uso de recursos de Tecnologia Assistiva ou acessibilidade. Para a realização de provas ou testes escritos e/ou transcrição de materiais, desenho e outros, uso dos leitores de tela e sintetizadores de voz. Em certos casos, conceder maior tempo para o término das atividades propostas. Na área de exatas, buscar o uso de recursos como calculadora adaptada e sorobã, que podem facilitar o cálculo. Na área de biológicas, privilegiar os mecanismos sensoriais relacionados com o potencial do tato e da audição do estudante. No caso da baixa visão, imprimir as provas em papel e tamanho adequados. Não se deve propor uma avaliação diferente somente para esse estudante, a diferença está nos recursos e não no conteúdo.